

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 2/2015

----Pelos 16 horas, do dia 18 de abril de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, António da Rosa Marques, Carlos Manuel Godinho G. Arês, Fábio Miguel Florindo Gomes, Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Manuel Praia Neves, Manuel Medeiros Morais Silva, Martina Marcelino de Jesus, Maria Hermínia da Conceição Louro, Paulo Manuel Alfaiate Pires, Rui Manuel Fernandes Vieira, Paulo Jorge Serra dos Santos e Carlos Chambel Lopes.-----

Esteve ausente o deputado municipal Júlio Manuel E. Churro Catarino tendo requerido antecipadamente a sua substituição. Foi substituído por João Carlos C. Prates Calado.-----

Não compareceu também o senhor Presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia. -----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores Vereadores, António Manuel Gomes Severino, Jorge Marques dos Santos e Paulo José Estrela Vitoriano de Matos. -----

--- Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos dois, três e quatro da Ordem de Trabalhos**. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. ----

De seguida, o senhor Presidente colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais João Valério, João Calado, Carlos Arês e Fábio Gomes, por não terem estado presentes na sessão anterior. -----

No período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia prestou informação acerca da correspondência recebida; destacando o ofício remetido pela deputada Sandra Cardoso, dando conhecimento da resposta do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ao ofício que lhe dirigiu, acerca das obras de consolidação da Ponte sobre o Rio Tejo, em Belver. No referido documento o Secretário de Estado informa que a obra será articulada com a obra da Ponte de Abrantes. E que o estado de conservação da Ponte de Belver não é preocupante. -----

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que preste mais alguns esclarecimentos sobre este assunto. -----

De seguida, apresentou os assuntos que seleccionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de fevereiro e março de 2015. -----

Na ata da reunião realizada no dia **4 de fevereiro** salientou a tomada de conhecimento do Relatório de Atividades da Unidade Móvel de Saúde, relativo ao 4.º trimestre de 2014. Neste período a Unidade Móvel realizou 726 atendimentos, em 53 localidades, 204 horas de serviço, percorrendo 1873 km. O senhor Presidente destacou que se trata de um bom exemplo de serviço público que beneficia a população do concelho. -----

Referiu também a concessão de apoio ao Centro Social Belverense, para pagamento de revisão de preços, trabalhos a mais e contrato adicional de fiscalização, relativo à obra do novo Lar de Idosos. -----

Na ata da reunião ocorrida em **18 de fevereiro** destacou a deliberação anulada e a nova deliberação sobre obra de ampliação das Águas Residuais de Torre Cimeira e Torre Fundeira. -----

Na ata de **4 de março** sublinhou a aprovação da abertura de concurso para a concessão da Pousada do Alamal. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara mais esclarecimentos sobre o assunto. -----

Salientou a atribuição de transferência financeira para apoio à realização do Raid da Ferraria. -----

Destacou também a participação do Município de Gavião, mais uma vez, na Bolsa de Turismo de Lisboa; uma boa oportunidade para divulgar as potencialidades do concelho. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu oportunidade aos deputados municipais para intervirem. -----

O senhor deputado Carlos Arês interveio para destacar a Homenagem ao Professor Gravelho, hoje ocorrida. Informou que, por motivos pessoais, não lhe foi possível comparecer. Mas não queria deixar de dar o seu testemunho e homenagear o seu professor do ensino primário, Professor Gravelho. Um homem que dedicou toda a sua vida ao ensino, com poucos recursos. Lembrou que o seu meio de transporte era a bicicleta, mas ele nunca conseguiu chegar antes do professor, que também ficava sempre até mais tarde na escola. Desempenhou funções também na Câmara Municipal de Gavião, no tempo em que os presidentes eram nomeados. Este professor deu o melhor de si. Os seus alunos aprenderam tudo o que tinham de aprender. Aprenderam também a respeitar os professores. Está certo que a Assembleia está solidária com este agradecimento, pela dedicação do Professor Gravelho, ao concelho de Gavião. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que está certo que a Assembleia se revê nas palavras muito justamente dirigidas pelo deputado Carlos Arês, ao Professor Gravelho. -----

De seguida, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

O senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e referiu que comunga das palavras do deputado Carlos Arês. O Professor Gravelho é, sem dúvida, uma figura de referência. Marcou a sua geração pelo rigor e disciplina. Salientou que a Câmara Municipal de Gavião já tinha homenageado o Professor, dando-lhe o nome de uma sala da Biblioteca Municipal. Também se associou a esta homenagem, financiando a impressão de uma brochura alusiva ao Professor Gravelho e à sua vida. -----

De seguida, prestou alguns esclarecimentos, solicitados pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Informou que, a propósito da Ponte de Belver, depois da carta recebida das “Estradas de Portugal”, o Jornal Correio da Manhã noticiou que a Obra irá avançar no terceiro trimestre de 2015. Comunicava também que não se trata de obra prioritária porque a ponte não oferece problemas de segurança. -----

Acerca dos terrenos em Torre Fundeira, para travessia das águas residuais, informou que a deliberação anterior foi anulada porque faltava a indicação dos herdeiros, nomeadamente das esposas dos proprietários. Aguarda, para breve, a marcação das escrituras. A obra já tem projeto e vai ser concretizado por administração direta. Esta obra não é candidatável a Fundos Comunitários. -----

A propósito da Pousada do Alamal, informou que deram entrada sete candidaturas à concessão, que estão a ser analisadas pela comissão, que é constituída pelo senhor Chefe da Divisão de Obras, Eng.º Firmino Espadinha, a Arquiteta Ana Neves e o trabalhador Luis José Martins. Conta apresentar brevemente ao executivo municipal o Relatório de Análise de Candidaturas. Gostaria que a Pousada iniciasse a sua atividade em 15 de junho. -----

Salientou que a Câmara Municipal deliberou, à semelhança do ano anterior conceder transferência financeira para apoio à realização do RAID da Ferraria. Constata que o Clube da Ferraria tem alguns problemas de organização burocrática. A Câmara Municipal aguarda a entrega dos documentos em falta para que seja concretizada a referida transferência. Salientou mais uma participação na Bolsa de Turismo de Lisboa. Este ano, para além da divulgação do nosso território, percursos pedestres, vinhos (Margalha e Garfos), houve a participação do Grupo de Cantares “Terras de Guidintesta”, numa atuação no Stand do Alentejo e também no Palco Principal da BTL. -----

PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O senhor primeiro-secretário leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 16 de abril de 2015, que apresenta um saldo de 958.887,08€ (Operações Orçamentais – 730.234,46€ e Operações de Tesouraria – 228.652,62€). -----

Afirmou que a situação financeira é estável e controlada e permitirá, no futuro, apresentar candidaturas a Fundos Comunitários. -----

--- PONTO DOIS =Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas – 2014, nos termos da alínea I) do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor Presidente da Câmara iniciou a apresentação dos documentos felicitando os serviços da Divisão Financeira, na pessoa da Chefe de Divisão, Dr.^a Sandra Simões, aqui presente, pela excelência do trabalho apresentado. Referiu que acompanhou os trabalhos e constatou o empenho, dedicação e interesse dos trabalhadores envolvidos nesta tarefa. -----

Referiu que, num ano em que não ocorreu a injeção de quaisquer fundos extraorçamentais, continuaram os trabalhos do executivo anterior e iniciaram-se novos trabalhos. A situação permite encarar o futuro com tranquilidade. Verificou-se a eficiência na utilização de meios e eficácia na concretização. Verifica-se que foram cumpridas todas as exigências legais do POCAL. -----

Salientou que, pela primeira vez, as Contas foram analisadas por um Revisor Oficial de Contas. -----

Leu o Relatório de Gestão, destacando que na execução orçamental foi atingida a taxa de execução de 80,16% na Despesa e de 86,54% na Receita, transitando para a gerência seguinte um saldo de 755.638,03€.

As Grandes Opções do Plano apresentaram um coeficiente de realização anual de 72,37%, atingindo um valor de 2.311.538,89€. -----

Nos principais investimentos salientou a aquisição de equipamento para os Bombeiros Municipais de Gavião e também a aquisição da nova ambulância. -----

Na Educação referiu as refeições escolares, manuais, bolsas de estudo, transportes escolares, visitas de estudo e a conservação do parque escolar. -----

Na Ação Social destacou o investimento no OMTJ, Apoio à Infância, Cartão do Idoso, Apoio às IPSS. -----

No Ordenamento do Território evidenciou a Requalificação do Miradouro do Cruzeiro. E no Abastecimento de Água realçou a conclusão da Remodelação Integral da Rede de Abastecimento de Água a Castelo Cernado e Vale da Feiteira. No Saneamento referiu a nova ETAR de Vale da Vinha. -----

Na Cultura sublinhou a Feira Medieval de Belver, Feira de Gastronomia, a Festa dos Sêniores, a Festa do Feijão Frade em Margem, o Museu do Sabão e o Núcleo Museológico de Mantas de Belver. Afirmou que espera este ano realizar um evento também na Freguesia de Comenda, para divulgação das potencialidades daquela freguesia. -----

Ao nível do Património destacou a recuperação das coberturas da Piscina, Cineteatro, Mercado Municipal e a intervenção do Parque de Merendas da Ribeira da Venda. -----

Salientou também a aquisição do prédio misto denominado Lambiolho (conhecido por "Casa do João Ascensão"), com uma área total de 18.750m², destinado à instalação da Piscina Municipal Descoberta. -----

Afirmou que manteve o apoio às Juntas de Freguesia, que são a frente avançada do Poder Local, formalizando diversos Contratos Interadministrativos, que permitiram efetuar transferências financeiras. ---

Realçou que a maior fatia do orçamento foi para a Conservação de Edifícios (25%). -----

Disse que prefere falar de resultados, em vez de números. Manteve o equilíbrio, como os executivos anteriores, concretizando as obras identificadas como prioritárias. -----

A evolução (diminuição) nas receitas de capital é justificada pela mudança na Lei. Referiu que falta ainda receber algumas verbas dos Fundos Comunitários. -----

Nas despesas correntes, a maior fatia foi para despesas com pessoal (2.144.416,51€); seguida da aquisição de bens e serviços. As despesas de capital assumiram um valor de cerca de 80%. A poupança nas despesas correntes está a ser usada para investimentos. -----

Informou que durante o ano 2014 o Município de Gavião não recorreu a qualquer forma de endividamento. Tem dívidas de longo prazo, mas não são avultadas e permitirá novos investimentos. A capacidade de endividamento aumentou porque a Lei (fórmula de cálculo) mudou. -----

A situação das dívidas a fornecedores está controlada. No final do ano apenas transitaram os pagamentos que não estavam em condições de liquidar. A dívidas à Sopinal e Iveco foram resolvidas, por acordo entre as partes. -----

Manifestou o seu descontentamento pela mais recente descoberta do Governo, o Fundo de Apoio Municipal. As autarquias com a situação financeira estabilizada, ajudam as que estão em dificuldades. Ao longo de 7 anos, teremos de pagar mais de 312.621,52€, cerca de 50.000,00€/ano. Este valor acresce à dívida, contando como dívida ao estado. A verba é retida no pagamento do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Concorde com a solidariedade, mas acha que esta é uma situação abusiva. Recusa-se a aceitar que esta é uma dívida do Município de Gavião. A circular da DGAL saiu em 2015, mas contou como dívida de 2014. Salientou que o Município de Gavião, em 2013 e 2014 cumpriu rigorosamente a Lei dos Compromissos e Fundos Disponíveis, comprovando a boa gestão do executivo municipal. -----

O número de trabalhadores continua a diminuir, sendo atualmente de 116, 41 mulheres e 75 homens. A faixa etária da maioria também tem aumentado e é atualmente entre os 40 e os 54 anos. O número de Técnicos Superiores é baixo para a nossa realidade, apenas 9 Técnicos. Apesar disso os serviços municipais continuam ativos e a executar as tarefas com eficiência. Mas gostaria de ter a oportunidade de contratar mais funcionários. Porque são necessários ao funcionamento dos serviços e seria uma medida que poderia incentivar à fixação de jovens no concelho. -----

O Imobilizado é jovem, necessitando de intervenções pontuais. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a apresentação rigorosa e transparente do senhor Presidente da Câmara, dos documentos de Prestação de Contas, que são extensos, mas foram elaborados nos modelos legalmente instituídos. Felicitou a senhora Chefe da Divisão Financeira pela coordenação dos serviços municipais que elaboraram a Prestação de Contas. Pediu ao primeiro-secretário para ler o documento relativo à Certificação Legal de Contas, pelo ROC. -----

O primeiro-secretário leu o documento, salientando que a responsabilidade do ROC é de dar uma opinião independente. A verificação de contas é feita com base em amostragem. É difícil comparar com outros anos, porque é a primeira vez que as Contas são auditadas. Sublinham que a Avaliação do Património é de 2002. O ROC afirma que as demonstrações financeiras evidenciam fielmente a situação financeira do Município. -----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a oportunidade, aos membros, de se pronunciarem. -----

O deputado Manuel Morais destacou a transparência e rigor dos documentos apresentados. Salientou os resultados alcançados, face à ausência de Fundos Comunitários. Considerou ainda que não é justo que os Municípios que geriram bem, tenham de suportar a dívida dos que geriram mal. -----

O deputado Carlos Chambel Lopes interveio, afirmando que comunga da opinião sobre o rigor do documento, mas apresentou algumas dúvidas, relativamente às Notas do Balanço e à Demonstração de Resultados, que gostaria de ver esclarecidas: -----

- As Contas 578 – Cedências (29 028,20€) e 579 – Bens Reversíveis (23,42€) não constam no POCAL. Qual a Justificação para a sua criação? A Conta 35-Produtos e Trabalhos em Curso, assumia no ano 2013 – 1.098.204,82€; em 2014 assumiu o mesmo valor. Não houve alterações? Certamente que o valor de 2014 deveria ser diferente. Deveria haver informação efetiva das obras realizadas nesse ano. A Conta 431 – Despesas de Instalação, assumia em 2013, o valor de 134.566,14€ e no ano 2014 tem o mesmo valor. Não houve amortizações? A Conta 433 – Propriedade Industrial e Outros Direitos tem o valor de 4.172,55€. A que se refere? Porque se encontra a descrição dos investimentos financeiros em duplicado? Na Conta 59 – Resultados Líquidos Transitados, como justificar o saldo 273.678,52€? De que forma é aplicado o Resultado Líquido do Exercício? Em relação à Conta 578 - Cedências (29.028,20€), questionou se há registo destes terrenos a favor do Município? Estes bens não deveriam constar no Imobilizado – “Bens de Domínio Público”? Na Conta 579 – Bens Reversíveis, se os lotes foram vendidos, deverá manter-se o valor de 23,42€ no Balanço? Na página 4 (8.2.30) a descrição está duplicada, porque não foi dada a respetiva informação à Contabilidade para atualização da informação. Nas Dívidas a Terceiros (página 11), as dívidas de curto prazo no valor de 680.132,35€ deveriam integrar o montante das Amortizações e dos respetivos Juros dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo. Pois não considerando estes valores, a análise dos Rácios de Liquidez, não reflete o valor da situação, o que lhe deixa alguma preocupação. -----

Terminou afirmando que analisou os últimos 3 exercícios e concluiu que o Município de Gavião goza de saúde financeira. Mas os valores têm vindo a descer, há explicação para isso? -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções dos senhores deputados municipais, em relação às questões colocadas pelo deputado Carlos Chambel. Elas são pertinentes, mas de cariz técnico. ---
O senhor Presidente da Câmara afirmou que a explicação do aumento dos gastos nos últimos 3 exercícios, tem como explicação a ausência de Fundos Comunitários. Para responder às questões colocadas, passou a palavra à senhora Chefe da Divisão Financeira, por se tratar de questões técnicas. -----

A senhora Chefe de Divisão esclareceu que para a Conta 578 ser registada teve de ter uma Conta de contrapartida. Os critérios valorimétricos foram os valores dos terrenos dos Loteamentos Industriais de Comenda e Gavião e do Loteamento Urbano do Calvário. Só são considerados património quando estiverem concluídos. Foi decidido que as infraestruturas só serão construídas à medida que os lotes forem vendidos. A Conta 431 reflete projetos técnicos que a Câmara Municipal de Gavião mandou fazer. A Lei diz que os projetos não são amortizáveis, por isso se mantém o valor. Em relação à Conta 59 esclareceu que foi efetuada inspeção ao IVA em 2013. Donde resultou um reembolso a favor do Município. Estas regularizações afetaram a Conta 59. Poderá fornecer cópia dos extratos bancários que comprovam os valores. -----

Quanto à descrição que se encontra em duplicado, é para cumprir a legislação e permite uma leitura mais fácil. Em relação à Conta 2745, trata-se do montante que o Município recebeu dos Fundos Comunitários, relativamente a obras que já concluiu. O proveito só pode ser refletido quando o Auto de Receção da Obra é aprovado. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu ainda que os procedimentos adotados, em relação ao reembolso do IVA, foram aconselhados pela IGF – Inspeção Geral de Finanças e Direção de Finanças de Portalegre. -----

O deputado Carlos Arês interveio, registando com agrado as questões técnicas colocadas e as respetivas respostas. Afirmou que a “história” do IVA correu mal para o lado do Município. A quantia devolvida foi muito baixa face à estimativa que existia. Salientou que, em termos de evolução

financeira há uma linha descendente nos últimos três anos. Não podemos exigir realizações impossíveis, mas devemos exigir uma postura realista. Lamentou que a Câmara Municipal de Gavião insista na obra da Piscina Descoberta, mesmo sem conseguir Fundos Comunitários para esse efeito. Considerou que o executivo municipal devia apostar em obras que fossem elegíveis. Afirmou que não lhe consta que a pressão sobre os municípios alivie, mesmo mudando o Governo. A situação financeira não vai aliviar nos próximos anos. -----

Quanto à questão da contratação de funcionários, considera que o Município deve rentabilizar os recursos existentes. Até porque não podemos garantir que essas pessoas fixem aqui residência. E todos têm de ter igualdade de oportunidades. -----

Afirmou ainda que tem dúvidas sobre o inventário. Sabendo que há uns anos atrás foi comunicado que devia haver a regularização dos bens. Mas temos de saber qual o ativo do Município. Sabe que o inventário é difícil de concretizar. Mas, questionou, estão aqui todos os imóveis de que o Município é proprietário? Ou alguns não estão, porque não foi legalizada a situação? Os valores apresentados são reais, ou são os valores das cadernetas? -----

Em relação às Contas, não disse que estavam incorretas, mas o Relatório do ROC levantou algumas dúvidas. Afirmaram que estamos agora a ter uma visão próxima da realidade. Gostava de saber a que distância estamos dessa realidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia sublinhou que o processo do IVA não correu mal. Lembrou que foi o Município que solicitou a inspeção. Apenas lamentando que não tenha ocorrido mais cedo. Foi sobretudo uma ação formativa, que trouxe novos procedimentos e um valor considerável reembolsado. -----

Relativamente à questão do ROC, referem que não há elementos comparativos, porque essa obrigatoriedade legal não existia. Considera esta medida muito positiva, uma vez que abona a favor do rigor e da transparência. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou não perceber qual o problema do IVA. Lembrou que a estimativa nunca esteve refletida em Orçamento. O valor reembolsado corresponde às expectativas. Apesar de ter havido lugar a um pagamento à Autoridade Tributária, houve um recebimento a favor do Município, no valor de 129.000,00€. Considera que foi uma boa experiência e já deu indicações para se fazer novo procedimento de reembolso de IVA. -----

Considerou que a perspetiva do deputado Carlos Arês sobre os novos recursos humanos é muito negativa. Claro que tem expectativa que os novos recursos humanos que o Município venha a contratar fixem a sua residência no concelho. Não é garantido, mas no privado também não. Se fixarmos novas empresas no Loteamento Industrial também não saberemos se essas pessoas fixarão aqui a sua residência. -----

Salientou ainda que, apesar de se afirmar que os novos Quadros Comunitários trarão mais dinheiro, não será decerto para os Municípios. Uma vez que no anterior Quadro Comunitário, a Contratualização tinha 48 milhões de euros para o FEDER e no atual programa estão disponíveis 21 milhões para os 15 municípios da CIMAA. Os três maiores concelhos, Ponte de Sôr, Elvas e Portalegre terão ao seu dispor 6 milhões. -----

Tendo-se falado na criação de um Ninho de Empresas, salientou que o valor estimado para o instalar seria de 700 mil euros e os Fundos Comunitários apenas preveem 50 mil euros. Afirmou que tem esperança que as próximas eleições tragam um novo Governo, que seja sensível aos problemas do interior do país. -----

Em relação à construção da Piscina Descoberta, informou que a obra custará cerca de 500 mil euros. Sendo esta uma aposta deste executivo lutará para a concretizar. Porque os nossos municípios merecem iguais oportunidades, face aos municípios vizinhos. E será um equipamento que terá uso, porque alguém teve a feliz ideia de construir uma Piscina/Tanque de Aprendizagem e a maior parte da população sabe nadar. -----

Acerca da inventariação dos bens, assegurou que todos estão inventariados. Poderá haver alguma exceção, em casos muito

complicados, em que se desconheça o proprietário anterior, por exemplo. A título de exemplo lembrou que tinha chegado a acordo para adquirir o prédio sito no Largo do Pelourinho, em Gavião, e quando estava tudo preparado para fazer a escritura, uma proprietária arrependeu-se e o negócio caiu. Informou ainda que pretendia construir sanitários na Comenda e havia acordo com os proprietários do imóvel, mas uma das proprietárias faleceu e os herdeiros não concordam com a venda. -----

O senhor Presidente da Assembleia lembrou que a implementação do POCAL exigiu a inventariação de todos os bens imóveis, propriedade do Município. Foi um trabalho desenvolvido pelo trabalhador municipal Fernando Teodoro, que é uma pessoa muito eficiente e rigorosa. Todos os bens que não foram inventariados, foi porque tinham algum condicionalismo, foram identificados e comunicados às entidades competentes. -----

O primeiro-secretário da Assembleia agradeceu as questões técnicas colocadas. Lembrou que a Lei estabelece quais os documentos a elaborar, sob responsabilidade de técnico habilitado. A Lei n.º 73/2013 criou a obrigatoriedade das Contas serem auditadas por um ROC. Assim a Assembleia Municipal aprova as Contas com base na confiança nos técnicos que as elaboraram, mas também na certificação do ROC. -----

Em relação às questões deixadas pelo ROC, lembrou que não havendo elementos para se fazer comparação, trabalharam por amostragem. Em relação aos imóveis, a avaliação tornou-se obrigatória em 2002. São avaliados pelo valor da aquisição. Em 2002 foi constituída uma Comissão de Avaliação dos Imóveis e esses valores são refletidos nos Ativos, com base em critérios definidos. -----

Salientou que a certificação do ROC dá mais segurança e as notas deixadas são desafios para o futuro. Uma vez que não colocam valores em causa. -----

Depois da apresentação/discussão dos documentos, anteriormente aprovados pelo executivo municipal no dia 15 de abril de 2015, conforme

cópia da minuta remetida a esta Assembleia, foram colocados a votação tendo sido deliberado: -----

- Appreciar o **inventário** de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----

- Aprovar a prestação de contas, cujo resultado líquido positivo assume o valor de 220.968,23€. Constituir reservas legais de 5% deste valor para a conta 571 – Reservas Legais – 11.048,41€; Conta 59 – Resultados Transitados – 209.919,86€. Aprovado por maioria, com cinco abstenções.

--- PONTO TRÊS = Apreciação e eventual aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento 2015 e GOP's; -----

--- O senhor Presidente da Câmara fundamentou e apresentou os valores da 1.ª Revisão às GOP's, no valor de 553.708,15,00€ e Orçamento 2015 no valor de 514.048,15 €. **Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.** -----

O senhor Presidente da Câmara informou que os dois principais motivos para esta revisão são a verba para pagamento do FAM (Fundo de Apoio Municipal) e a Construção do PR4, na freguesia de Margem. Pretende-se ainda incluir a afetação dos resultados transitados. -----

O deputado Carlos Arês interveio para salientar que a Lei dos Compromissos veio revolucionar os procedimentos nas Câmaras Municipais. Criou limitações, obrigando as autarquias a ter o dinheiro que vão gastar, incluindo as verbas que serão comparticipadas. Afirmou compreender a posição do senhor Presidente da Câmara, pelo facto da Lei obrigar a registar o FAM como dívida do Município. Lembrou que o atual Presidente da Assembleia Municipal, enquanto Presidente da Câmara, lutou muito para conseguir ter um gabinete. O Município de Gavião já viveu problemas financeiros, sem ter verbas para bens essenciais. Com o FAM, o Estado obriga os Municípios a criar um Fundo e quem o utilizar, terá mais tarde que o devolver. Alguns Municípios estão em situações muito difíceis. Não sabemos se, no futuro, o Município de Gavião também irá necessitar de apoio. O objetivo será estabilizar a situação e o Fundo será para salvaguarda da situação de todos os

Municípios. Tem orgulho nos executivos do Partido Socialista que estabilizaram a situação financeira do Município de Gavião. Não concorda com a imposição e a obrigatoriedade de serem os Municípios a pagar. Mas concorda com o princípio. O Estado devia “chegar-se à frente” e não sacrificar os pequenos Municípios, que já são tão sacrificados. -----

O senhor Presidente da Assembleia salientou a última frase do deputado Carlos Arês, que na sua opinião vai de encontro à posição do senhor Presidente da Câmara. -----

--- PONTO QUATRO = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- Aquisição de 1.944 sacos de cimento de 25 Kgs, em regime contínuo (2015 e 2016), a adquirir a Gavibloco – Materiais de Construção, Lda. Preço base para 2015 – 4.870,80€ e para 2016 – 1.704,78€. Aprovado por unanimidade. -----

-Aquisição de garrafas de gás propano e butano, em regime contínuo (2015 e 2016),a contratar à empresa Gravilha & Abreu, Lda, pelo valor de 9.123,20€ para 2015 e 1.824,79€ para 2016. Aprovado por unanimidade.

- Aquisição de serviços telefónicos e de transmissão de dados, por um período de 36 meses, a contratar com a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, SA. Preço base para 2015 – 1.039,33€; 2016 – 2.078,65€, 2017 - 2.078,65€ e 2018 – 1.039,32€. Aprovado por unanimidade. -----

- Contrato Emprego-Inserção promovido pelo IEFP. Para 2015 – Bolsas – 3.353,60€, Subsídio de Refeição – 3.416,00€.Em 2016 - Bolsas – 1.676,80€, Subsídio de Refeição – 1.708,00€. Aprovado por unanimidade. -----

--- PONTO CINCO = Diversos. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que o Município de Gavião vai ser sujeito a auditoria da IGF – Inspeção Geral de Finanças, relativamente a processos de Contratação Pública. -----

Informou ainda que o processo de referenciação hospitalar dos utentes do concelho de Gavião, tem sofrido avanços e recuos. Na semana passada reuniu com o Secretário de Estado da Saúde, que se mostrou sensível aos argumentos apresentados pelo Município de Gavião. Aguarda-se uma decisão para breve. -----

O senhor Presidente da Assembleia afirmou que este processo se arrasta há demasiado tempo e tem criado dificuldades a todos os municípios. ----


Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezanove horas e quinze minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)